

Exploração Central e Circulação no Império Egípcio do Reino Novo

Fábio Frizzo

(NIEP-Marx PréK/UNESA/UCAM)

fabio.frizzo@gmail.com

O período da história faraônica conhecido como Reino Novo inicia-se com a expulsão dos invasores hicsos e núbios do território que os egípcios tinham estabelecido como seu durante o Reino Médio. Seguiu-se a isto um período de expedições e conquistas militares direcionadas ao sul e ao norte, iniciando a construção de um império no Antigo Oriente Próximo, governado por uma elite central liderada pela família real tebana da XVIIIª Dinastia, consolidada com a ajuda dos conflitos militares. Cerca de 130 anos após o início da guerra de expulsão dos hicsos, o Egito já alcançara o esplendor de sua territorialidade e influência na região do Crescente Fértil. A área controlada, direta ou indiretamente, pelo centro imperial de Tebas estendia-se da quarta catarata do Nilo à cidade de Kadesh, nas margens do rio Orontes – atual Síria Ocidental. Expedições militares partiam para alcançar o rio Eufrates em busca de butim e os tentáculos das redes de trocas atingiam a ilha de Creta ao norte e o Sudão Central ao sul, impulsionando bens no sentido centrípeto para a “terra negra”.

Um primeiro passo para o estudo da circulação imperial é distinguir as diferentes relações de dominação do centro sobre a periferia. No presente caso, é unanimidade entre os egiptólogos a existência de sensíveis divergências nas relações do Egito com suas diferentes áreas dominadas. De início, notaram-se distinções entre a exploração das regiões do norte, na Síria-Palestina, por um lado, e do sul, da Núbia, por outro (Kemp, 1978: 19-20). Mais tarde, a hipótese mais aceita passou a ser a de que a dominação das regiões da Síria-Palestina e de Kush (ainda que autores divirjam em relação ao limite geográfico exato da dominação direta egípcia no sul) contrastava com aquela exercida em Wawat (cf. Morkot, 1991: 294-301; Smith, 1995; Galán, 1995). Este assunto será aprofundado no próximo capítulo, destinado a tratar especificamente da Núbia. Sendo assim, aqui trataremos basicamente da porção norte da periferia imperial.

A princípio, o império egípcio baseava-se no estabelecimento de uma série de protetorados mais ou menos frouxos na região da Síria-Palestina através de juramentos de fidelidade, tornando-os territórios vassallos. O texto de um destes juramentos chegou a nós através da Estela de Gebel Barkal, ordenada por Thutmés III. Nela, o escriba se refere à jura feita pelo governante derrotado após a Batalha de Megiddo:

Não repetiremos o mal contra o rei Menkheperra – que se lhe conceda a vida! –, nosso senhor, durante nosso período de vida, posto que presenciemos seus poderes. Ele nos concedeu o alento porque ele quer. Seu pai é quem o fez, [Amon-Rá senhor dos tronos das Duas Terras], e não a ação dos homens¹

Estabelecido o vínculo, a área passava a compor a periferia do império egípcio. Segundo

¹ Estela de Gebel Barkal (Galán, 2002: 121).



Galán, a autoridade do faraó se manifestava justamente na possibilidade de tributar esses territórios e, muitas vezes por meio deles, ter acesso a trocas com grandes reinos mais distantes (Galán, 2002: 25). A estratégia era manter, ao máximo, as estruturas locais, diminuindo os custos da empreitada imperial, já que o Egito dispunha de recursos materiais e humanos limitados para uma manutenção de toda área de influência somente através da coerção.

Em certos casos, poderia haver um documento pré-estabelecendo as quantias esperadas para as entregas de tributos, conforme nos mostram os *Anais* de Thutmés III do seu trigésimo terceiro ano de trono solo:

As escalas proporcionaram tudo como seu imposto, como (indicava) seu documento (*nt-a*) anual, junto com a contribuição do Líbano, como (indicava) seu documento anual, junto com os chefes do Líbano²

A ação faraônica para com esses protetorados era diferenciada. Dependendo dos seus interesses, uma liderança local poderia ser apoiada inclusive com envio de riquezas. Por outro lado, o descontentamento do monarca poderia resultar na retirada do líder local e sua substituição por outro mais próximo da corte egípcia. Este era, inclusive, o sentido da política de sequestro dos filhos das elites periféricas e sua educação junto aos príncipes da “terra negra”.

A administração imperial, dividiu a Síria-Palestina em três regiões, Canaã, Upe e Amurru, ainda que este sistema não estivesse de todo formalizado. Os principais centros egípcios nestas localidades eram, respectivamente, Gaza, Kumidi e Sumur. A administração ficava nas mãos dos príncipes locais, considerados pelos egípcios como “prefeitos” responsáveis pela coleta e envio do tributo.

Um exemplo do poder do faraó sobre estes prefeitos é dado em uma carta enviada a Aziru, rei de Amurru, no atual Líbano. Nela, o monarca egípcio mostra toda sua insatisfação ao questionar seu vassalo acerca de seu comportamento e exigir sua presença em Tebas para prestar explicações.

Diga a Aziru, governante de Amurru: Este é o rei, teu senhor, falando: (...)

Tu não escreveste para o rei, meu senhor, dizendo: “Eu sou seu servo como foram todos os prefeitos anteriores desta cidade”? (...)

E se tu agiste lealmente, ainda assim todas as coisas que tu escreveste eram inverdades. Na verdade, o rei refletiu sobre elas da seguinte forma: “Tudo que tu disseste não é amigável.” (...)

Contudo, se tu desempenhares teu serviço para o rei, teu senhor, o que o rei não fará por você? Se por qualquer razão, de alguma maneira tu preferas fazer o mal e se tu conspirares mal, coisas traiçoeiras, então, tu, junto com toda tua família, morrerás pelo machado do rei.³

A ameaça ao governante de Amurru está ligada a uma série longa de cartas acusatórias do rei da cidade de Biblos, Rib-Hadda, datadas ainda do governante anterior, de Abdi-Ashirta, pai de Aziru, que estaria agindo de forma contrária ao faraó e favorável a outros grandes poderes do Oriente Próximo, como Hatti. Há dezenas de missivas no arquivo de Amarna com reclamações de Rib-Hadda, requisitando uma providência do monarca egípcio, principalmente com o envio de tropas para resistir aos assédios das tropas de Amurru.

² Estela de Gebel Barkal (Galán, 2002: 90).

³ Carta EA 162 (Moran, 1992: 248-250).

Os Apiru mataram Aduna, rei de Irqata, mas ninguém disse nada sobre Abdi-Ashirta, então eles continuam tomando territórios para si. Miya, chefe de Arasni, apoderou-se de Ardata e a pouco os homens de Ammiya mataram seu senhor. Estou com medo. Que o rei fique informado de que o rei de Hatti tomou todos os reinos que eram vassalos do rei de Mittani. Veja, ele é rei de Nahrma da terra dos grandes reis e Abdi-Ashirta, o servo e cachorro, está tomando todas as terras do rei. Mande arqueiros.⁴

As súplicas constantes do rei de Biblos ao faraó insinuam que, provavelmente, este não as atendia facilmente, o que demonstra outra face da política imperial egípcia, a saber, o descaso e mesmo o incentivo às disputas entre os chefes subordinados. Segundo Carla Sinopoli, uma das características dos impérios antigos era justamente a construção de mecanismos para administrar a diversidade e, em muitos casos, apoiar a diferença e a competição entre diferentes elites regionais contribuindo para a prevenção do surgimento de uma unidade contrária à hegemonia imperial (Sinopoli, 2001: 196).

Deslocar tropas para as cidades submetidas era algo constante pela necessidade de sufocar revoltas, garantir a segurança de rotas de troca e proteger os vassalos. De qualquer maneira, exércitos não são auto-sustentáveis. O trânsito de soldados requeria uma infra-estrutura preparada para o provimento das tropas onde quer que elas fossem requisitadas.

O mais provável é que a produção agrícola tenha sido distribuída pelas cidades vizinhas da Palestina, que serviriam de base para o reabastecimento das tropas egípcias durante suas campanhas levantinas, bem como de sedes das guarnições faraônicas locais.

Havia, portanto, uma lógica administrativa imperial que se assemelha à integração econômica redistributiva, que, segundo Polanyi, era a forma hegemônica nas civilizações hidráulicas do Oriente Próximo. Não à toa, o egiptólogo polanyiano de origem norte-americana Edward Bleiberg elaborou uma teoria acerca do modelo de tributação imperial que diferencia um tipo de taxação voltada para distribuição local de outra doada para o tesouro pessoal do faraó (Bleiberg, 1984; 1988).

Segundo Bleiberg, as transações econômicas egípcias eram nomeadas de acordo com a fonte e o destino dos bens envolvidos, bem como as pessoas que participavam. O termo *bAkw(t)* deriva da raiz *bAk*, que pode ser traduzida como trabalhador ou servidor. O estudo do egiptólogo norte-americano parte basicamente dos *Anais* de Thutmés III, nos quais é notada a diferenciação entre dois tipos de tributos conseguidos no exterior: o *bAkw(t)* e o *inw*.

O *bAkw(t)* era uma forma de transação econômica relativa unicamente à aquisição de produtos de distintas áreas geográficas, grupos de profissionais e príncipes estrangeiros. Neste sentido, um templo, por exemplo, poderia receber *bAkw(t)* de uma cidade, ou de áreas mais extensas. Entre as localidades envolvidas nessa relação, aparecem nas fontes egípcias: Wawat, o Líbano, os “Países estrangeiros de Retenu”, Kush, “A terra da Áisa e/ou Djahy”, a “Terra Vermelha”, o “Sul e o Norte”, “Todas as terras estrangeiras”, “Os países estrangeiros do sul”, “Os países estrangeiros do norte”, as “terras” e “todas as terras”.

Em relação aos grupos de profissionais e príncipes estrangeiros, as fontes contêm citações a “trabalhadores do campo”, “Príncipes de ...”, “Príncipes de todas as terras estrangeiras”,

⁴ EA 75 (Moran, 1992: 145-146).

“arqueiros”, “povo (do Egito)”, “mercadores” e “pescadores”.

Quanto aos usos da taxaço, Bleiberg afirma:

Ao menos três usos para o *bAkw(t)* podem ser determinados a partir das fontes existentes. Eles incluem decorar o templo, prover oferendas *Htp-nTr* para o deus e aprovisionar os portos para operações militares. Este último demonstra a função redistributiva do *bAkw(t)* (Bleiberg, 1988: 161)

Bens doados sob forma de *bAkw(t)* variavam dos mais comuns aos de produtos de luxo, como metais preciosos, como ouro, electrum e madeiras de lei, utilizados comumente na decoração dos templos para construção e ornamentação de portais, por exemplo. A imensa maioria desses bens era proveniente de fora da “terra negra”. No caso das oferendas divinas (*Htp-nTr*), pelo contrário, as fontes eram egípcias.

Se o caso das doações de bens de consumo para templos são exemplos claros da lógica redistributiva do *bAkw(t)*, o aprovisionamento de portos segue no mesmo rumo, conforme o fragmento seguinte do reinado de Thutmés III:

Agora os portos estavam abastecidos com tudo de acordo com sua arrecadação e com seu costume, em conjunto com o *bAk* do Líbano de acordo com seu costume, em conjunto com os príncipes do Líbano... (Bleiberg, 1988: 162)

Tendo recebido bens, um templo poderia ainda repassá-los. Bleiberg levanta a possibilidade da existência de doações templárias para financiar atividades militares, como uma espécie de adicional à benção divina que deveria garantir a vitória. Assim, segundo o autor, os templos seriam financiadores de expedições de conquista, em conjunto com os fundos reais. Tal afirmativa parece se confirmar se entendermos os templos como parte do aparato estatal em conjunto com o palácio.

O financiamento templário de campanhas militares é uma forma clara de comprovação do caráter redistributivo do *bAkw(t)*, uma vez que a mesma palavra era utilizada para os bens que eram doados para os templos e para os enviados por estes para o financiamento das expedições.

A separação do restante da lógica econômica redistributiva oficial dava-se pelo fato de que o *inw* deveria ser utilizado para necessidades pessoais do rei – ainda que, em última instância, algumas delas fossem sociais, já que ele era o responsável por manter a existência universal. Neste sentido, os bens conseguidos com o *inw* eram revertidos para a doação de dádivas aos deuses, aos chefes estrangeiros e para manutenção da família direta do monarca.

Há argumentos basilares de Bleiberg para comprovar sua tese de que o *inw* compunha uma espécie de reserva privada do faraó. O primeiro deles seria o fato de que este tipo de contribuição era visto como um atributo da monarquia, distinto da idéia geral de que tudo no universo pertence ao rei. Neste sentido, o Egito recebia *inw* como resultado de uma intervenção divina direcionada ao faraó, que lhe garantia as entregas por parte de povos estrangeiros, a exemplo do caso de Hatshepsut:

Os deuses falaram a Hatshepsut em sua viagem para o norte: “Que tu cortes as cabeças dos soldados, que tu captures os chefes de Retenu, possuindo o terror do tempo de teu pai, seu *inw* consistindo em homens, etc. (Bleiberg, 1984: 157)

O segundo argumento de Bleiberg é baseado no fato de que o monarca em pessoa ou um de

seus representantes imediatos recebia diretamente o *inw*, ao contrário de outras trocas de bens. Conforme o autor, os produtos recebidos deveriam ser coletados e ordenados a partir de um sistema específico que visava evitar ao máximo a intervenção da burocracia de Estado.

Ao contrário do *bAkw(t)*, que poderia ser recebido por qualquer representante Estatal, o *inw* caracterizava uma relação pessoal entre o doador – ainda que algumas entregas não fossem voluntárias – e o faraó. Os *Anais* de Thutmés III contam com listas de entregas anuais de *inw* por enviados estrangeiros de áreas submissas ou não, como aquelas do ano 33 de seu reinado:

Relação dos produtos trazidos pelos chefes das terras estrangeiras para sua majestade: 513 dependentes homens ou mulheres (...).

Produtos da grande Hatti neste ano: 8 aros de prata que somam 401 *deben*, 2 pedras grandes brancas valiosas, madeira-*tchagu* (...).

Contribuição do maldito Kush neste ano: 155 *deben* e 2 *qidet* de ouro (...).

Contribuição de Wawat neste ano: ouro... (Galán, 2002: 90-91)

Conforme o que se pode observar neste fragmento, a entrega de *inw* era feita tanto pelo grande reino de Hatti, rival do Egito em seu poder, quanto por áreas submetidas de diferentes formas, como o Líbano, Kush e Wawat. Todavia, parece-nos razoável que o recebimento de *inw* de Hatti seja uma reconstituição ideológica de uma troca de presentes, feita para o público interno, ocultando o que do Egito ia para os “grandes reis”, “irmãos” do faraó no trato internacional.

Para nós, o fundamental é a ligação clara do *inw* com o imperialismo egípcio, uma vez que este era composto por uma série de bens de consumo ou de luxo enviados pelas áreas vizinhas, dominadas ou não, diretamente para o faraó e, portanto, para o centro imperial. No caso das áreas submetidas, direta ou indiretamente, o *inw* servia como uma espécie de tributo – como é comumente traduzido. Por outro lado, as grandes potências regionais ofereciam o *inw* como dádivas em reconhecimento da grandeza do império da “terra negra”.

Uma abordagem teórica possível para a relação entre transações como o *inw* e o *bAkw(t)*, por um lado, e o fluxo de bens do centro para a periferia, por outro, é o modelo criado por Terence D’Altroy e Tomothy Earle para explicar o império inca – ainda que haja necessidade de alguma modificação para uma adaptação coerente ao caso egípcio.

D’Altroy e Earle estudam o financiamento – no sentido de manutenção econômica – do império inca, dividindo suas rendas em duas categorias: a finança básica (*staple finance*) e a finança de riqueza (*wealth finance*) (D’Altroy & Earle, 1985).

A primeira envolveria pagamentos obrigatórios de bens necessários à subsistência do Estado, como grãos e gado, por exemplo, sendo utilizada para a manutenção dos representantes do império. Neste sentido, a finança básica tornar-se-ia um mecanismo fundamental para o funcionamento de um sistema imperial que necessariamente tem que lidar com a diversidade de atividades dispersas, que passam a ser mantidas por mobilizações regionais.

Não por coincidência, os autores associam a finança básica à economia redistributiva como forma de integração econômica, pensada por Polanyi. Desta maneira, facilitam nosso caminho em identificá-la com a instituição econômica egípcia conhecida como *bAkw(t)*. Se os grãos e o gado

captado na periferia do império egípcio eram muito volumosos para serem transportados para seu centro deveriam, como visto, permanecer em locais estratégicos da periferia para sustentar o pessoal administrativo e, principalmente, as guarnições militares fixas ou enviadas para algum fim.

A finança de riqueza, por outro lado, seria formada principalmente por bens de luxo e produtos secundários, que poderiam ser utilizados como formas de pagamento, incluindo metais preciosos, por exemplo. D'Altroy e Earle afirmam que tais bens poderiam ser calculados a partir da equivalência com outros de natureza similar, mas que variavam em sua conversibilidade em relação aos produtos básicos – o que coaduna, de certa forma, com a lógica das diferentes modos de circulação. Os bens de luxo apropriados dessa maneira deveriam fluir diretamente das populações subservientes para a autoridade central, sendo utilizados como pagamentos para funcionários do núcleo imperial.

No caso egípcio, a finança de riqueza pode ser relacionada ao *inw*, que fluía diretamente para as reservas reais, necessitando apenas de uma pequena adaptação. Os pagamentos ou ofertas de *inw* para o faraó comportam não só bens de luxo, mas também alguns produtos básicos, como gado. Acreditamos que estes produtos básicos, nas quantidades enviadas, poderiam ser transportados devido à relativa facilidade de trânsito proporcionada pelo Nilo. Stuart Smith afirma ainda que houvesse um fluxo de produtos básicos de alto valor como madeiras, azeite e vinho, por exemplo, seja através do Nilo ou mesmo por meio de caravanas com tropas de mulas (Smith, 2003: 71). Todavia, a maioria desses produtos deveria continuar nas áreas periféricas. Bens de luxo, por outro lado, não deveriam permanecer na periferia, sendo enviados para a decoração de templos, para serem presenteados a membros da elite central, para serem enviados a outras partes do império no sentido de manter as elites locais fiéis ao faraó ou para serem remetidos como dádivas nas relações internacionais do Egito com grandes ou pequenos reinos.

Enquanto a finança básica destinava-se à manutenção e ao bom funcionamento do sistema imperial, a finança de riqueza era utilizada basicamente como mecanismo de reprodução das classes dominantes do império, uma vez que os bens de luxo serviam como ostentação na decoração de tumbas, por exemplo, e na continuidade de sua fidelidade ao governante. Posteriormente, parte dessa finança de riqueza deveria fluir para a periferia, numa tentativa de cooptar as elites locais, integrando-as ao sistema.

Stuart Smith chega a afirmar que havia uma demanda de bens de luxo por parte das elites egípcias. Tais bens que fluíam por meio do *inw*, criando uma espécie de economia privada separada da redistribuição estatal, através do investimento dessas riquezas em trabalho acumulado (Smith, 2003: 73). Esta relação depende de uma associação direta entre o valor de uso das riquezas e uma quantidade de trabalho que poderia ser paga com este valor, utilizando a medida de ração diária recebida por um trabalhador como equivalência. Isto nos parece, entretanto, uma forma de forçar a realidade da Antiguidade para aceitar algo intrínseco à sociedade capitalista, que é o valor no sentido de quantidade de trabalho socialmente necessário, dependente, como visto, da existência de uma noção de trabalho abstrato⁵. O próprio Stuart Smith não tem problemas em se posicionar no

⁵ A afirmação da inexistência de trabalho abstrato na Antiguidade não significa a concordância obrigatória com a idéia de que não há racionalidade econômica na Economia Antiga. Esta discussão necessita da diferenciação entre “trabalho concreto” e “trabalho abstrato”. O primeiro é o fator mediador da relação entre homem e natureza, enquanto o segundo está relacionado a uma dimensão social única intrínseca à atividade laboral no capitalismo, a saber, o fato de que o

lado modernista da Economia Antiga, ainda que defenda a insuficiência das duas correntes (modernistas/formalistas e primitivistas/substantivistas), propondo a utilização de uma mescla delas.

Apesar de discordarem da circulação limitada dos bens de prestígio através da lógica da reciprocidade (assimétrica) de dádivas, D'Altroy e Early crêem na possibilidade de que a finança de luxo estivesse ligada a esta forma de integração econômica. A inserção do *inw* na lógica da troca de dádivas também é afirmada por Bleiberg. Neste sentido, devemos analisar a circulação de dons no império egípcio para entender completamente o funcionamento de suas estruturas.

Bibliografia citada

Bleiberg, E. (1984) "The King's Privy Purse During New Kingdom: An Examination of INW." In: *Journal of the American Research Center in Egypt*. Vol. 21. pp. 155-167.

----- (1988) "The Redistributive economy in New Kingdom Egypt: An Examination of BAKu(t)." In: *Journal of the American Research Center in Egypt*. Vol. 25. pp. 157-168.

D'Altroy, T. & Earle, T. (1985) "Staple Finance, Wealth Finance, and Storage in the Inka Political Economy." In: *Current Anthropology*. Vol. 26. No. 2. Chicago: The University of Chicago Press. pp. 187-206.

Galán, J. (1995) *Victory and Border. Terminology related to Egyptian Imperialism in the XVIIIth Dynasty*. Hildesheim: Gerstenberg.

----- (2002) *El Imperio. Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C.*. Barcelona: Edición de la Universitat de Barcelona.

Kemp, B. (1978) "Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 B.C.)." In: Garnsey, P. & Whittaker, C. (orgs.) *Imperialism in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press.

Moran, W. (Trad. e Edit.) (1992) *The Amarna Letters*. London: Johns Hopkins University Press.

Morkot, R. (1991) "Nubia in New Kingdom: The Limits of Egyptian Control." In: Davies, W. (Edit.) *Egypt in Africa. Nubia from Prehistory to Islam*. London: British Museum Press. pp. 294-301

Postone, M. (2004) *Capital and Historical Change*. Artigo apresentado na conferência "Marxian Horizons: Critical Social Theory for the 21st Century" na Cornell University (Ithaca, NY), em 13 de março de 2004. Disponível em <http://www.countdownnet.info/archivio/teoria/321.pdf>

Sinopoli, C. (2001) "Imperial Integration and Imperial Subjects." In: Alcock, S. (Edit) *Empires*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 195-200.

Smith, S. (1995) *Askut in Nubia: the economics and ideology of Egyptian imperialism in the second millenium B.C.*. London: Kegan Paul International.

----- (2003) *Wretched Kush. Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*. New York: Routledge.

trabalho não media apenas a relação do homem com a natureza, mas todas as relações sociais. Neste sentido, no pré-capitalismo não há uma noção de trabalho abstrato por não haver transformação do trabalho em mercadoria, o que não implica, todavia na inexistência de uma noção abstrata do trabalho concreto. Esta diferença pode ser encontrada em Postone, 2004: 3.

Comentarios

Andrea Zingarelli: Agradezco mucho a Fàbio [Frizzo] por la comunicación, especialmente porque es un tema poco explorado. Como en el caso anterior, sólo recientemente ha empezado a pensarse la circulación de bienes en el Imperio Nuevo. Yo apunté algunas cosas, sobre todo de la última parte, vinculadas al tema que vos tomás de Edward Bleiberg, respecto de las denominaciones de *b3kw(t)* e *inw* (sobre lo cual tiene varias publicaciones, incluso un libro, aparecidas en la década del '90), que posteriormente han sido bastante discutidas y que él pondera como tributos diferentes. Incluso vos tomás una fuente trascendental en esto que son los Anales de Tutmosis III. Para los que no conocen la historia egipcia, es básicamente una enumeración de todos los bienes que trae el rey que se escribe a mediados de la dinastía XVIII. Se apuntan todas las cantidades, tal vez exageradas, de los bienes que se traen. Ahora yo quiero decir algo respecto justamente a los Anales: no está muy claro cuál es la diferencia entre *b3kw(t)* e *inw* en ese documento. Incluso hay algo que llama la atención, por lo cual no se diferencian, y es el hecho de que, por ejemplo, aparecen los cautivos, miles, millares, que son traídos en esa expedición, mencionados a veces como *b3kw(t)* y otras como *inw*. Si bien Bleiberg se basa en varias fuentes, mucho más que en los Anales, es interesante rastrear un poco más concretamente y saltar lo que dice Bleiberg. Sobre todo en esta fuente -que es trascendente porque no en todas aparecen mencionados los bienes como *b3kw(t)* y como *inw*- aún se habla de otro tipo de tributos, como el *gabut* o se enumera directamente los bienes con su denominación. Estaría bien diferenciar en las fuentes cómo aparecen, no por desestimar la clasificación de Bleiberg, sino para ir un poco más allá, porque en distintas épocas tal vez esto pueda haber aparecido de diferente manera. En este aspecto, los egipcios nos juegan malas pasadas, ya que usan terminología bastante ambigua, tal vez nosotros pensamos en un sentido absolutamente lógico y quizás ellos eran más amplios en su conceptualización.

Otra cuestión es el tema que mencionaste de la familia real tebana como la elite central de la dinastía XVIII. Ahí yo también marcaría ciertas diferencias, por ejemplo, a partir del momento en que la casa de Ajmin es la que se hace con el poder. No hay una única familia real, sino variaciones en el tiempo, que no son trascendentales para lo que vos querés explicar, pero sí para la denominación, para pensar en esta única familia real y poder ver las diferencias respecto, incluso, de los territorios extranjeros. Sobre todo a fines de la dinastía XVIII que cambian un poco, especialmente después de Amarna, que es un momento de ruptura respecto de ciertas tradiciones, incluso de la circulación, porque supongo que tiene que haber impactado la llegada de estos bienes. Vos hablabas de la manutención de la estructura económico-social, y yo me quedé pensando en eso, porque no lo tengo resuelto tampoco, y me planteaba: ¿es por eso que el imperio se constituye como tal? ¿O el impacto de la llegada de esos bienes genera y transforma ciertas estructuras previas en las que está asentado el poder político, económico y social? Puedo hablar de lo que conozco más, no conozco tanto la relación de esta elite con el afuera, con las elites provinciales, pero sí a nivel del interior de Egipto. No es casual que a fines de la dinastía XVIII aparezca la primera mención de la aparición de mercaderes actuando en torno a los templos, o aparezca la primera “compra-venta” (entre comillas para que no me tilden de formalista) a partir de equivalentes generales. Esto es algo que también está poco estudiado: cuál es el impacto real, sobre todo cómo se asume en las

instituciones. Vos hablabas del templo y el palacio como acumuladores de estos recursos que se donan a los templos y al palacio -de hecho eso está documentado-, pero ¿cómo absorbe el templo esa cantidad de población? Porque eso implicaría un costo de mantenimiento. Ese plustrabajo que se genera, es equivalente al de los trabajadores anteriores, incluso del resto de los bienes, como los de mantenimiento del prestigio. Vemos aparecer esas recompensas, regalan estos bienes a una clase burocrática o a los más cercanos en Tebas -les tiran el oro por la ventana- o sea, que se establecen relaciones internas en función de estas estructuras internas.

Por otro lado yo pensaba, respecto a lo que decías de esta hegemonía de la forma redistributiva, si existe la posibilidad de plantear relaciones explotativas. Uno puede explicar formas de circulación, y eso está bien, porque también es lo que los egipcios plantean en las fuentes, pero de alguna manera, cómo esto enmascara relaciones de tipo explotativas. Incluso también en relación a las elites que llegan a Egipto y se van a educar en lo que se llama el *kap* una especie de lugar en el que los “egipcianizan”, de alguna manera, aprendiendo la lengua, etc., y no es una cuestión recíproca, sino que más bien hay una “egipcianización” de estas elites. Entonces cómo plantear esta idea de que hay relaciones que quedan enmascaradas en esta relación que parece ser redistributiva.

Por otro lado, habría que ver la diferencia entre las distintas elites locales, porque aparece como un “sistema” (palabra que no me termina de convencer porque un sistema habla de algo cerrado) y justamente Egipto no va a establecer las mismas relaciones con todas las elites. Habría que explorar esto, cómo se da este vínculo.

Estoy de acuerdo con lo que decís, que es imposible indagar cómo piensa la economía privada respecto a una economía estatal. En todo caso, si se da es ínfimo, al lado de la cantidad de bienes que van a circular, ya que la economía egipcia es básicamente estatal. Sobre todo lo que se percibe a través de estas formas simbólicas, que no son más que formas materiales el *inw* y el *b3kw(t)*, pero que se hacen aparecer como la relación entre el rey y estas elites.

Después vos hablás de la financiación básica respecto de la riqueza. Me quedé pensando que a efectos de organización es útil esa diferencia, pero también creo que ahí habría que ver. Porque se habla de la financiación básica como redistributiva, pensando en los bienes que se consideran como básicos, de subsistencia, y no me terminó de cerrar si esto también forma parte de la reproducción de la clase dominante del imperio y en qué medida. Porque ¿la clase dominante necesitaba de esos bienes de subsistencia?

Fábio Frizzo: Fico feliz com tantas questões e vou tentar comentar algumas, já que talvez eu não tenha resposta para todas elas. A diferença entre as duas formas, o *BAkwt* e o *Inw*, de fato não está clara. Neste sentido, uma vez que as fontes não respondem claramente a esta questão, cabe, como disse anteriormente, a escolha de um modelo na tentativa de explicar estas formas de circulação. Isto não é o que faz Bleiberg. Não há em seu trabalho uma interpretação clara das formas de circulação, mas sim uma descrição de onde os bens circulavam, quem eram as pessoas responsáveis por esta circulação, de que forma circulavam etc. Há uma descrição do *Inw* e do *BAkwt* nos diferentes períodos, mas não uma tentativa de avançar numa explicação da importância disto para a manutenção do poder dentro do Império e dentro do próprio Egito. Fiz uma tentativa de avançar neste sentido explicativo. A questão das famílias –e a Corte nunca é homogênea– é

importante, mas mais importante para mim é a questão de classe. Ainda que sejam famílias diferentes, elas compõem a classe dominante deste Império. Ainda que o jogo político interfira e sofra interferência em outras relações, eu parto do conceito de manutenção da classe dominante. No relativo à Amarna, devo dizer que não consegui avançar na pesquisa até o período, mas a hipótese que tenho é de que é neste período em que o Império desmorona porque o faraó se preocupa mais com as questões de legitimação interna, de transformação da forma ideológica que dá unidade a essa classe dominante, e acaba se descuidando em relação à manutenção do Império nas suas áreas estrangeiras. Em relação ao impacto da circulação dos bens, ou seja, se essa circulação é externa e cria uma diferença interna ou se ela é interna e por isto se expressa de outra maneira no exterior, isto está ligado a uma modificação geral na sociedade que se inicia junto com o imperialismo. No início do Reino Novo, todas as modificações sociais, inclusive na produção, o surgimento efetivo do indivíduo, iniciado no Reino Médio mas que se fortalece no Reino Novo, determinadas formas de cobrança de tributo etc. Não posso deixar de falar na questão da evolução das forças produtivas, que é gerada no início do Reino Novo, com o cultivo de novas terras com novos instrumentos e a importação de força de trabalho, e vai gerar modificações nas relações de produção, de maneira que é criada uma classe dominante cada vez maior, incluindo agora oficiais de um exército que agora está estabelecido e necessita ser mantido, uma classe dominante que vai surgindo dentro desse exército, que precisa ser paga com terras, que precisa do “ouro do valor”, dos bens de prestígio etc. A expansão gera e é gerada por essas novidades. Não é possível apontar se é o elemento externo que age ou se o de forma é construído pelas mudanças internas, ainda que a experiência da invasão dos núbios e hicsos tenha mudado a cabeça dos egípcios, levando a uma tentativa de afastar os hicsos ao máximo para o norte na tentativa de evitar novas invasões e o constante medo da fragmentação que já havia sido alvo dos textos sapienciais do Primeiro Período Intermediário e do Reino Médio. O último comentário é sobre a questão de a redistribuição mascarar as relações de exploração. Como eu falei, a redistribuição é acentuada durante muito tempo como sendo a grande forma da econômica de circulação no Egito. Penso que há um problema nas discussões acerca das formas de circulação no Egito, que é o abandono das formas de produção. Em geral, trabalham-se as formas de circulação separadas, principalmente no período do Império. Talvez por herança polanyiana há pouco interesse nas formas de produção e mais interesse nas formas de distribuição (reciprocidade, redistribuição e mercado). A redistribuição é uma das formas de circulação. Como a Andrea bem colocou em sua tese, aparecem outras formas de circulação neste momento e que é necessário estudar qual a relação delas com a redistribuição e o quanto elas se afastam da redistribuição. O importante para mim é pensar essa redistribuição como uma das formas, mas como a forma hegemônica, bem como as articulações entre esta e as outras formas. É um pouco do que falávamos hoje pela manhã em relação a comunicação do José Knust sobre como a relação do campesinato com os senhores das terras estava ligada à relação social de escravidão. As outras formas de exploração dependem da redistribuição que é uma forma dominante com a qual as outras dialogam e, por vezes, se contrapõem. Por que é fundamental para mim a ideia de redistribuição? Porque mesmo sendo uma entre outras ela aparece como fundamental para a manutenção da classe dominante e essa é a questão que eu estou acentuando o tempo todo: a tentativa de dar coesão a uma classe dominante (o que é algo característico do Egito nos períodos de unificação). Houve no Reino Antigo, no Reino Médio e no Reino Novo o medo da fragmentação e a tentativa de costurar frações de classe internas e, no caso do imperialismo, externas. Para mim a redistribuição aparece

perfeitamente neste sentido. A redistribuição dos bens de luxo é algo fundamental para manter esta elite, tanto a egípcia quanto a imperial.

Octavio Colombo: Escuchando lo que estaban charlando y la intervención de Carlos Astarita respecto al trabajo que se presentó antes, me parece interesante esta cuestión de la configuración de la clase dominante como una clase heterogénea. Yo el tema lo conozco por las discusiones sobre el modo de producción asiático, en aspectos teóricos y sin conocimientos empíricos sobre el caso. Lo que siempre se criticó más y sonó débil era la idea de que estas sociedades estarían conformadas por comunidades de base y un estado único y totalitario desde arriba, sin una formación de clases que caracterizara una estructura más compleja y, por lo tanto, sin formas de propiedad que no fueran la propiedad estatal o la comunal de base. Esa dicotomía que era lo que, desde Hindess y Hirst (1979) hasta Anderson (1979), siempre objetaron como inverosímil, incluso desde un punto de vista teórico: el surgimiento de un vértice político con ese nivel de concentración del poder y de los recursos asentado en un vacío, y las comunidades indiferenciadas por abajo, autosuficientes, etc. En este sentido, me parece importante que ese concepto, que siempre fue el talón de Aquiles de los modos de producción, se pueda repensar de otra manera, donde exista una configuración de clase más compleja. Donde la clase dominante no es unipersonal, como dice Marx en la sección histórica sobre la renta, el soberano no es el único propietario de la tierra y la propiedad estatal no es la única forma de propiedad que existe, sino que eventualmente puede existir esto que ustedes llaman las elites provinciales o sectores de la clase dominante. Lo que les pregunto, en la medida en que no son simplemente burocracias creadas por el estado desde arriba, es si ustedes tienen alguna hipótesis o sospecha acerca de los mecanismos de reproducción de estas elites o grupos, más allá o al margen de lo que pueda significar su reproducción como burócratas del estado. Es decir, si existen previamente como grupo cooptado por el estado, es que hay mecanismos de reproducción previos, que después pueden ser mantenidos o resignificados, que hay formaciones de clase previas que no necesariamente son dependientes del poder central como asalariado del déspota.

Fábio Frizzo: Esta discussão teórica, como disse Carlos Astarita, está na moda nos últimos anos, inclusive, ligando-se às discussões de História Medieval, ou seja, uma oposição entre sociedades ocidentais, que teriam desembocado no feudalismo, e sociedades orientais, com um Estado forte impedindo o surgimento de uma classe aristocrática hereditária que assumiria algumas funções de Estado. Estas discussões na egiptologia têm mostrado muito os grupos intermediários entre as comunidades aldeãs, que já se sabe não serem totalmente igualitárias, e o Estado. Da mesma maneira que há outras formas de propriedade para além da forma estatal, ou melhor, formas de propriedade utilizadas pelo Estado. O Estado não é uma abstração, ele é composto por indivíduos, por uma burocracia que está ligada a estas formas de propriedade. O papel desses intermediários é acentuado cada vez mais, por exemplo, o papel dos chefes das aldeias na ligação com uma elite local, o papel das elites locais em relação à elite central. O problema que está colocado é o de se o Estado cria as elites locais ou se ele coopta essas elites, ou seja, se ele se apropria das formas de poder locais ou impõe outras formas de poder. Eu acredito que o Estado absorva formais locais de poder a partir da minha experiência com o estudo do imperialismo. É muito complicado para uma sociedade pré-capitalista com a extensão do Egito – ainda mais no

período imperial – conseguir forjar una clase dominante totalmente centralizada, criar um poder que age de cima para baixo e o impor coercitivamente em todos os lugares. Por mais que o exército tenha tido força e a coerção nunca tenha deixado de ter sido usada, é difícil de acreditar na imposição de uma força externa. Então, acho que é mais fácil crer na absorção das diferenças que surgem localmente no seio das comunidades aldeãs – inicialmente uma diferenciação somente quantitativa de riqueza e não qualitativa – como forma da burocracia naquela localidade do que o contrário, uma burocracia imposta. Por isto eu estou acentuando sempre o caráter da lógica de classe, porque este foi um problema que se colocou pra mim no mestrado. Para entender a economia do Império egípcio eu tive que voltar e estudar as formas de propriedade e o que é o Estado egípcio. A discussão do Modo de Produção Asiático parece ter superado quase todas as características indicadas por Marx e Engels (a grande propriedade estatal, as comunidades aldeãs igualitárias com posse comunal), mas certas coisas se mantêm, como a ideia de união entre agricultura e artesanato nessas comunidades e, mais importante que isto, a unidade constatada por Marx entre classe dominante e aparelho de Estado. Ainda que tal unidade não seja total, no meu ponto de vista há uma busca deste Estado por absorver estes grupos dominantes. Conforme surge a diferenciação, o Estado tenta absorver justamente pelo medo da fragmentação derivada das experiências com os Períodos Intermediários e o fortalecimento das elites locais etc.

Carlos García Mac Gaw: Lo mío es un comentario a partir de la comparación con las cosas que manejo un poco más. La diferencia planteada alrededor de la creación o, podríamos decir “refuncionalización” de grupos burocráticos para el Estado no tiene por qué ser explicado de una u otra forma. Yo puedo hablar del ejemplo del Imperio Romano, que hace ambas cosas, a veces sin buscarlo expresamente. Es decir, trata de una determinada manera con las etnias o los grupos conquistados, que ya tienen un Estado, con los cuales trata de utilizar la estructura preexistente para la transmisión del poder (por supuesto con un primer disciplinamiento militar, siempre muy poderoso). En otros casos, en las sociedades sin Estado, esta unidad política, el Imperio ayuda a generarla de acuerdo a su conveniencia como grupo y a la burocracia imperial, le conviene tratar con ciertos personajes y no con cualquier personaje. Por este motivo, tiende a fortalecer estructuras de clase y, cuando no existen, se terminan generando por la interacción, que se da con el Estado romano, por el fortalecimiento de vínculos de patronazgo y clientelismo que terminan impulsando al poder a determinados grupos clánicos, que terminan cristalizando en el poder. De esta manera, se rompe la idea de que la jefatura siempre tiende a licuarse, en determinado momento, en las sociedades de jefatura y termina cristalizando un poder de clase. Esto se puede ver en la sociedad romana con muchos grupos tribales germánicos. Tribus germánicas que no tenían Estado, que en el contacto con el Imperio Romano reproducen estructuras estatales por esa interacción con el Estado romano. Podríamos hablar de la creación de Estados secundarios, la duplicación de Estados, que a la larga para el Imperio Romano, por lo menos en el caso de las tribus germánicas, terminan siendo un *boomerang*. El fortalecimiento de determinadas familias o clanes en el poder permite un control más efectivo para el Imperio Romano.

Respecto al modo de producción asiático, me interesan algunas de las formas que asume el impulso de la investigación en las sociedades micénicas, donde hay una tendencia, nuevamente, a ser menos taxativos con la manera en que se encadenan las relaciones de poder. Por lo menos en el

mundo micénico, se puede ver ahora que, en realidad, las estructuras de palacio que estaban en relación con las unidades campesinas, no tienen una estratificación tan brutal como se partía con la idea del modo de producción asiático. Por supuesto, es válida la crítica de Anderson acerca de que no pueden existir sociedades de clase con comunidades indiferenciadas. Si no la hay, vuelvo al ejemplo del Imperio Romano, se reproducen las relaciones de clase en el seno de las comunidades campesinas, porque en el trato con los funcionarios del Estado o con la burocracia se reproducen situaciones de clase al interior de la comunidad campesina. Además, es importante ver que, en las sociedades micénicas, las interacciones entre la burocracia estatal y la sociedad campesina no son únicamente tributarias, y por eso, me parece que debe pensarse cómo se organizan las relaciones en Egipto. Es decir, a mí no me quedó muy claro la diferencia entre los dos tipos de tributos a los que se hizo referencia en el caso de Egipto, porque entendí que la diferenciación es de acuerdo a cómo se redistribuye ese tributo, pero no se dijo nada de cómo se percibe, es decir, si hay una diferencia en la percepción del tributo que también hace a la caracterización del tributo. ¿Son formas o espacios distintos de percepción o solamente se trata de la redistribución? En el caso de las sociedades micénicas, lo que se puede observar es que hay una coexistencia del tributo con otras formas de circulación de servicios, de comercio entre la burocracia y las sociedades campesinas. En el seno de las sociedades de palacio, se producen ciertas artesanías, cuyo nivel de perfección no se alcanza en las sociedades campesinas y se intercambian por algunos elementos que sí se producen en las sociedades campesinas y no existen en la sociedad palatina. Es decir, que hay términos de intercambio y no sólo de tributación. Esto supone incluso que el comercio no implica solamente bienes de lujo o suntuarios para reforzar los criterios de diferenciación social que constituyen a la clase aristocrática, sino que también para ella hay una circulación de bienes de uso, no para consumo diferenciado, sino más básico. Se reformula también hasta la prestación de corveas, renta en trabajo, que aparecen no como mecanismos de tributación directa sino como intercambio de servicios. Muchas veces la sociedad de palacio otorga tierras diferenciales a los artesanos que dan servicio en ese lugar, con lo cual parece más bien como un criterio de intercambio de bienes por servicios y no un sistema de tributación directa (que sí se da en otras áreas de la producción como por ejemplo los cereales, donde sí hay una obligación de la prestación del tributo a la sociedad palatina). Entonces, esa coexistencia de diferentes formas de circulación es mucho más realista, que la idea tradicional del modo de producción asiático, como está planteada en las *Formen* que, como dijo Fàbio [Frizzo], tiene elementos rescatables, pero es necesario complejizarla. Yo creo que el modelo de la sociedad micénica a lo mejor aporta algo para repensar a la sociedad egipcia.

Fàbio Frizzo: Esta complexificação das relações sociais é sempre necessária. Estabelecer a diferença apenas entre branco e negro é algo problemático. Ainda mais quando as fontes não se apresentam com total clareza, como no caso de bens que aparecem como *inw* em um momento e *BAkwt* em outro. Como disse, o que proponho é uma forma teórica de tentar avançar neste objeto, ainda que seja difícil de encaixá-la perfeitamente. Se elas são somente uma forma de redistribuição, e eu não tinha parado para pensar nisto ou se há fontes para tal, como elas afetam a produção diretamente? O quanto a cobrança de bens de luxo ou de finança básica afeta a esfera da produção. Bleiberg as coloca como relações econômicas, que implicam doadores diferentes, receptores diferentes (o faraó ou algum representante próximo no caso do *inw*), formas diferentes de

redistribuição, ou seja, de onde será investido este tributo. No caso que citei, a diferenciação aparece como sendo ligada à manutenção de classes dominantes distintas, uma periférica e uma central. É interessante a citação de Anderson de que não pode haver diferenciação de classe em sociedades com comunidades indiferenciadas. Não devemos pensar essas sociedades como eram pensadas no século XIX, como isoladas e com uma grande continuidade desde 3000 a.C. até 1900 d.C.. Neste sentido, talvez, os apontamentos da década de 1960 e 1970 de Maurice Godelier nos levam a outros caminhos, como o de pensar o Modo de Produção Asiático como sendo o momento do surgimento da diferenciação de classe nessas sociedades camponesas e a forma como isto aparece, com o surgimento de uma classe dominante e, ao mesmo tempo, de intermediários entre a classe dominante e as sociedades aldeãs. Intermediários é uma boa palavra para representar aqueles que cumprem papéis do Estado sem estarem inseridos no Estado, como, por exemplo, a reunião de trabalhadores para as terras de templos. Isto já demonstra uma diferenciação na comunidade aldeã. Há graus de diferenciação distintos que não são somente Estado ou somente comunidade aldeão, uma espécie de zona cinzenta entre o branco e o preto. Partindo de uma comparação com a realidade do império egípcio do Reino Novo, talvez seja interessante uma comparação entre as comunidades aldeãs e os povos estrangeiros dominados. No caso do império, as fontes mostram reinos subordinados reclamando da falta de compromisso do faraó com suas responsabilidades – como a segurança daqueles povos. Assim, deve ser importante pensar isto para a realidade das sociedades camponesas: suas formas de resistência e tentativas de diálogo com esta estrutura estatal.

Bibliografía mencionada en los comentarios

- Anderson, P. (1979) *El Estado absolutista*. México: Siglo XXI. “Nota B: El ‘modo de producción asiático’”, pp. 476-568.
- Castañeda Reyes, J (2003) *Sociedad Antigua y respuesta popular: Movimientos sociales en Egipto Antiguo*. Iztapalapa: Plaza y Valdés.
- Cruz-Uribe, E. (1987) “The fall of the Middle Kingdom.” *Varia Aegyptica* 3: 107-111.
- Goody, J. y Watt, I. (1996) “Las consecuencias de la cultura escrita.” En: Goody, J. (Comp.) *Cultura escrita en sociedades tradicionales*. Barcelona: Gedisa.
- Hawass, Z. (ed.) (2000) “Millenium Debate.” En: *Egyptology at the Dawn of the Twenty-first Century. Proceedings of the Eight International Congress of Egyptologist Cairo, 2000*. Cairo: The American University in Cairo Press.
- Hindess, B. y Hirst, P. (1979) *Los modos de producción precapitalistas*. Barcelona: Península.
- Loprieno, A. (1988) *Topos und Mimesis: Zum Ausländer in der ägyptischen Literatur*. Wiesbaden: Harrassowitz.
- Moreno García, J. (2004) *Egipto en el Imperio Antiguo (2650-2150 a.C.)*. Barcelona: Bellaterra arqueología.
- Ong, W. (2000) *Oralidad y escritura. Tecnologías de la palabra*. Buenos Aires: FCE.

Parkinson, R. (1999) "The Dream and the Knot: Contextualizing Middle Kingdom Literature." En: Moers, G. (ed.) *Definitely: Egyptian Literature. Proceedings of the symposium "Ancient Egyptian Literature: History and Forms"*, Los Angeles, March 24-26, 1995. Gotinga: Lingua Aegyptia Studia monographica 2, Seminar für Ägyptologie und Koptologie.

Posener, G. (1956) *Littérature et politique dans l'Égypte de la XIIIe dynastie*. Paris: Bibliothèque de l'École des Hautes Études 307. Honoré Champion.